

A PROFICIÊNCIA DOS ALFABETIZANDOS DE MATO GROSSO PUBLICIZADAS NAS AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS: SIMEC/SISPACTO E ANA

THE PROFICIENCY OF ALPHABETTIZANDS IN MATO GROSSO PUBLISHED IN THE INTERNAL AND EXTERNAL EVALUATIONS: SIMEC / SISPACTO AND ANA

Ângela Rita Christofolo de Mello 1

Pós-doutorado, doutorado e mestrado em Educação. 1
Professora Adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), câmpus universitário de Juara, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras), ofertado pela UNEMAT, Câmpus de Sinop. E-mail: angela.mello@unemat.br
Agência de Fomento: Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD).

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi analisar a progressão da apropriação dos direitos de aprendizagem dos alfabetizandos de Mato Grosso, inseridos no Sistema Integrado de Monitoramento e Controle/Sistema de Monitoramento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, correlacionando-os aos níveis de proficiências editados na Avaliação Nacional da Aprendizagem. A pesquisa empírica, de abordagem qualitativa, compilou esses resultados e analisou, por equivalências, a consolidação dos direitos de aprendizagem. As análises, dentre outras problematizações, provocaram reflexões vinculadas à formação ofertada aos alfabetizadores. O conhecimento docente é construído gradativamente, por isso a necessidade de insistir em processos formativos sem esperar transformações imediatistas no interior das salas de aulas. Apesar do elevado percentual de crianças que concluíram o ciclo da alfabetização sem consolidarem o processo, as progressões observadas no SisPacto denotaram que a formação continuada ofertada por meio do Pacto, mobilizou inovações pedagógicas que gradativamente poderá elevar os indicadores de aprendizagem.

Palavras-chave: Alfabetização; Mato Grosso; Formação Continuada.

Abstract: The objective of this research was to analyze the progression of the appropriation of the learning rights of Mato Grosso's literacy students, inserted provided in the Integrated Monitoring and Control System / Monitoring System of the National Pact for Literacy in the Right Age, correlating them with the levels of proficiency edited in National Assessment of Learning. Empirical research, with a qualitative approach, compiled these data and analyzed, by equivalence, the consolidation of learning rights. The analyzes, among other problematizations, provoked reflections related to the training offered to literacy teachers. Teaching knowledge is built gradually, so the need to insist on formative processes without waiting for immediate transformations inside the classrooms. Despite the high percentage of children who completed the literacy cycle without consolidating the process, the progress observed in SisPacto indicated that the continuing education provided through the Pact mobilized pedagogical innovations that could gradually increase the learning indicators

Keywords: Literacy; Mato Grosso; Continuing Education.

Introdução

Este manuscrito apresenta análises parciais de uma pesquisa desenvolvida no âmbito de um estágio de pós-doutoramento, ofertado pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), por meio da Universidade Federal de Mato Grosso, câmpus de Rondonópolis, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu), linha de pesquisa “Linguagens, Cultura e Construção do Conhecimento: perspectivas histórica e contemporânea”, grupo de pesquisa: Alfabetização e Letramento Escolar (ALFALE).

A pesquisa teve como objetivo geral analisar os resultados concernentes a progressão dos direitos de aprendizagem dos estudantes de Mato Grosso matriculados no ciclo da alfabetização, resultantes das avaliações realizadas pelos professores e disponibilizadas pelo Sistema Integrado de Monitoramento e Controle (SIMEC)/Sistema de Monitoramento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (SisPacto), correlacionando-os aos níveis de proficiências editados na 2ª edição da Avaliação Nacional da Aprendizagem (ANA), disponibilizados por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) Anísio Teixeira em 2015.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) configurou-se em um compromisso formal assumido pelos Governos: Federal, distrital, estaduais e municipais e instâncias não governamentais com o objetivo de alfabetizar todas as crianças brasileiras até aos oito anos de idade, quando finda o 1.º ciclo da Educação Básica. Este compromisso se justificou porque no Brasil, muitas crianças ao concluírem o Ciclo da Alfabetização, sem estarem plenamente alfabetizadas, têm esse direito negado. “Assim, este Pacto surge uma luta para garantir o direito de alfabetização plena” (BRASIL, 2012, p. 05) a todas as crianças nos três primeiros anos de escolarização. O PNAIC efetivou-se em 2012. Mato Grosso aderiu ao compromisso, e a formação ofertada aos alfabetizadores iniciou-se em março de 2013.

Para dar conta deste compromisso, um conjunto de ações integradas foi organizado. Dentre estas ações incluíram-se as avaliações sistemáticas e a gestão, controle social e mobilização. Pautado em uma concepção de avaliação mais progressista, o PNAIC considera a avaliação como “uma ação intencional que se dá de modo multidirecional” (BRASIL, 2012a, p. 5), ou seja, uma ação que envolve várias pessoas e instâncias, pois “busca um sistema integrado de coavaliação, no qual docentes, discentes e equipes de profissionais da escola e de outros sistemas avaliam e são avaliados” (*Idem*).

Ao se referir as avaliações processuais, o PNAIC orienta que estas podem e devem ser realizadas pelos professores continuamente. Além disso, o Programa disponibilizou um sistema informatizado (SIMEC/SISPACTO) onde os professores alfabetizadores inseriram no final do ano de 2013¹, os resultados de uma avaliação que realizaram em suas turmas. Em 2014, o SIMEC/SISPACTO disponibilizou os resultados de início e fim do ano letivo, resultantes das avaliações realizadas pelos professores alfabetizadores de todo o Brasil. A intenção do Programa ao disponibilizar este sistema de avaliação, era possibilitar o acompanhamento e os ajustes necessários ao desenvolvimento da aprendizagem de cada aluno pelos seus professores e gestores a fim de assegurar que todas as crianças estivessem alfabetizadas no final do 3º ano do Ensino Fundamental.

O sistema integrado de coavaliação do PNAIC definiu ainda que, ao final do 3º ano, todos os alunos fariam uma avaliação externa, coordenada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Assim, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) foi instituída com o objetivo de realizar uma avaliação universal a fim de analisar o nível de alfabetização que se encontravam as crianças de todo o Brasil ao final do 1º ciclo. Esta avaliação foi realizada pela primeira vez no final do ano de 2013 e os resultados foram disponibilizados para as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e suas respectivas escolas em 2014. No final do ano de 2014 o INEP/SAEB realizou novamente esta avaliação. Estes resultados foram parcialmente disponibilizados pelo Instituto no dia 17 de setembro de 2015. Em 2015 o INEP suspendeu a 3ª edição da ANA que aconteceu em novembro de

1 Em relação ao ano de 2013, a coordenação do PNAIC de Mato Grosso, nos disponibilizou apenas os dados gerais inseridos no Simec/SisPacto. Estes totalizaram o quantitativo de professores que atuavam no ciclo da alfabetização e de alfabetizando matriculados no respectivo ciclo de todo o Brasil. O quadro geral também informou o número de crianças que no final do ano de 2013 estavam com os onze direitos de aprendizagem consolidados, parcialmente consolidados e não consolidados, como também os seus respectivos percentuais.

2016. O resultado da última edição da ANA até agosto de 2017 ainda não havia sido disponibilizado. Trabalhamos com os resultados das avaliações disponibilizadas nestes dois sistemas - SIMEC/SisPacto e INEP/SAEB/ANA - para analisar a apropriação dos direitos de aprendizagem das crianças matriculadas no Ciclo da Alfabetização em Mato Grosso.

Esta intencionalidade se justificou em atenção a nossa trajetória profissional e acadêmica. No decorrer da atuação docente na Educação Básica nos dedicamos à alfabetização de crianças e adultos. Na função de professora formadora do Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO), de 2004 a 2014 assumimos a área de alfabetização. Neste período, colaboramos com implementações de diversas políticas públicas voltadas a formação do professor alfabetizador. Na Educação Superior, no curso de Pedagogia, trabalhamos com os estágios e com os fundamentos teóricos e metodológicos da alfabetização. Em 2014, concomitante as atividades docentes desenvolvidas na formação inicial e continuada de professores, assumimos a função de professora formadora do PNAIC de Língua Portuguesa. Esta trajetória elucida o nosso envolvimento com as causas da alfabetização e justifica a relevância desta pesquisa para a continuidade dos nossos trabalhos no âmbito da formação inicial e continuada de professores. Também realizamos investigações em nível de mestrado (2008)² e de doutorado (2013)³, voltadas às políticas públicas de Alfabetização e Educação de Adultos.

Neste sentido, a escolha da Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Rondonópolis (UFMT/CUR), para a realização do estágio de pós-doutorado e desta pesquisa, se deve ao nosso envolvimento com a atual política educacional para a alfabetização de todas as crianças brasileiras, coordenada e investigada pelo PPGEduc, linha e grupo de pesquisa Alfabetização e Letramento Escolar (ALFALE), do qual somos integrantes desde o ano de 2007.

De acordo com o disposto no Caderno de Avaliação no Ciclo da Alfabetização do PNAIC (BRASIL, 2012a), no decorrer do processo educativo não são apenas as crianças que precisam ser avaliadas, mas todo o sistema de ensino, com sua matriz curricular, o Projeto Político Pedagógico da escola, os professores e os próprios processos avaliativos, tanto os adotados pela escola, como os realizados pelos agentes externos.

Todavia, a avaliação defendida em uma concepção progressista de educação, aposta no diálogo e na interação entre alfabetizador e alfabetizando. Estas estratégias são necessárias para que o educador se aproxime dos estudantes, conheça a realidade de cada um, analise-as e compreenda-os para avaliar não apenas o desenvolvimento cognitivo destes, mas também os aspectos ligados às demais dimensões humanas, como as relações interpessoais, a afetividade, as condições socioeconômicas e culturais das crianças. No entanto, “as avaliações em larga escala e as avaliações padronizadas não possibilitam esse olhar para as singularidades de cada estudante” (BRASIL, 2012a, p. 10). Neste sentido, Mortatti (2013) afirma que a precária alfabetização dos brasileiros pode estar relacionada à dificuldade em identificar os seus problemas. Na compreensão da autora, essa dificuldade impede que os enfrentamentos sejam debatidos, analisados, compreendidos e solucionados.

Segundo o Documento Básico da ANA (BRASIL/INEP/2013), a finalidade desta avaliação é produzir indicadores que contribuam com o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras. Também o manual da ANA (BRASIL/INEP/2014) publicou que os objetivos desta avaliação resumem-se em “aferir o nível da compreensão leitora dos educandos ao final do 3º ano do Ensino Fundamental; produzir indicadores contextuais para melhor compreensão dos resultados; fornecer informações para subsidiar decisões de políticas públicas educacionais” (p. 07).

Diante do exposto, as indagações que orientaram o desdobramento de todas as etapas da investigação foram: os resultados das avaliações inseridos no SIMEC/SisPacto pelos professores, no início e no final do ano de 2014, denotaram um coerente processo evolutivo dos alfabetizando? Houve uma correlação neste processo evolutivo entre um e outro direito de aprendizagem? As análises das avaliações informam as fragilidades do processo de alfabetização e indicam quais os

2 MELLO, Ângela Rita Christofolo de. **Dilemas e Perspectiva da Alfabetização de Jovens e Adultos em Mato Grosso**: um estudo do Programa Letramento de 2004 a 2007. EdUFMT: Cuiabá, 2010.

3 MELLO, Ângela Rita Christofolo de. **A política educacional de jovens e adultos e o processo de implantação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso (2008/2011)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Metodista de Piracicaba. 2013.

ajustes necessários para a superação destas? Estas indagações elucidaram uma questão central: Como os indicadores de aprendizagem publicados no SIMEC/SisPacto pelos professores alfabetizadores e os publicados nas edições da ANA, correlacionaram-se ao processo de alfabetização das crianças matriculadas nas escolas públicas de Mato Grosso.

Procedimentos Metodológicos: **compilação** e sistematização de uma análise por equivalências

No decorrer do desenvolvimento desta pesquisa realizada no âmbito de um estágio pós-doutoral, nos integramos ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Rondonópolis, linha de pesquisa **“Linguagens, Cultura e Construção do Conhecimento: perspectivas histórica e contemporânea** - grupo de pesquisa: Alfabetização e Letramento Escolar (ALFALE)”, e tivemos como interlocutora a Profa. Dra. Cancionila Jankovski Cardoso. Durante os doze meses, realizamos atividades voltadas ao aprofundamento teórico, conceitual e metodológico, concernentes às avaliações adotadas pela atual política pública reservada à alfabetização das crianças brasileiras “PNAIC”.

Concomitante as demais atividades atinentes ao Estágio pós-doutoral, para o desenvolvimento da pesquisa, realizamos no decorrer de todo processo investigativo, levantamento bibliográfico sobre os temas em questão, quais sejam: avaliação interna, realizada pelos professores alfabetizadores junto às crianças em processo de alfabetização e avaliações externas, realizadas em larga escala pelo INEP/ANA. Assim como o levantamento bibliográfico, o levantamento documental e estatístico dos dados disponibilizados via coordenação do PNAIC (SIMEC/SisPacto) de Mato Grosso, bem como dos publicizados nas edições da ANA de 2014 e 2015 foram o nosso ponto de partida.

A intencionalidade do projeto adotou a investigação qualitativa. Esta abordagem valoriza análises na área das ciências humanas, e exige que o pesquisador se aproxime do campo de estudo (MARCONI e LAKATOS, 2002). Desse modo, além da participação nas atividades acima descrita, compilamos e analisamos as informações inseridas no SIMEC/SisPacto no ano de 2014, concedidas pela coordenação geral do PNAIC, vinculada a UFMT/CUR/PPGEdu, em abril de 2015, pelos professores de Mato Grosso que atuaram no primeiro ciclo.

Em 2013 os resultados referentes à apropriação dos direitos de aprendizagem de Língua Portuguesa pelas crianças matriculadas nos três anos do Ciclo da Alfabetização nas escolas públicas de Mato Grosso, foram inseridos apenas no final do ano. Porém, como já explicamos em nota, não tivemos acesso ao quantitativo deste Estado, uma vez que recebemos da coordenação do PNAIC em Mato Grosso um quadro com os resultados gerais, de todas as escolas brasileiras. Todavia, em 2014, tanto os resultados concernentes aos direitos de aprendizagem de Língua Portuguesa, como os de Matemática foram inseridos no início e no final do ano letivo pelos professores. Sobre estes resultados, tivemos acesso ao quantitativo correspondente ao Estado de Mato Grosso. Para sistematizá-los, compilamos os onze direitos de aprendizagem de Língua Portuguesa por ano de escolarização, 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental de oito anos, do Ensino Fundamental de nove anos e das turmas multis, inseridos no SIMEC/SisPacto no início e no final do ano de 2014. Adotamos os mesmos procedimentos para compilar os dezessete direitos de aprendizagem de Matemática.

Primeiro sistematizamos e analisamos os resultados gerais inseridos no SIMEC/SisPacto/2014 pelos professores que atuavam nos três anos do ciclo da alfabetização, de cada um dos direitos descritos nos agrupadores deste Sistema e calculamos os percentuais correspondentes ao quantitativo de crianças que estavam com os direitos consolidados, parcialmente consolidados e não consolidados no início e no final do ano. Esses cálculos, realizados no início e no final do ano letivo, permitiram estimar a progressão das crianças em relação à apropriação dos direitos de aprendizagem. Em seguida, sistematizamos e calculamos a progressão dos alfabetizandos matriculados apenas no 3º ano do ciclo em relação a cada um dos direitos de aprendizagem.

Nasegunda etapa da pesquisa, os percentuais dos direitos de aprendizagem dos alfabetizandos por conhecimento, tanto de Língua Portuguesa como de Matemática, foram agrupados por

equivalências em atenção aos níveis de aprendizagem estabelecidos na ANA/2014. Ressaltamos que como a ANA foi realizada com os alfabetizandos matriculados no 3º ano do ciclo, nesta segunda etapa de análise por equivalências, computamos apenas os percentuais correspondentes aos alfabetizandos matriculados no 3º ano do ciclo, inseridos no SIMEC/SisPacto/2014.

Os fundamentos históricos, legais e conceituais sobre as avaliações em larga escala e as avaliações internas realizadas no campo da educação publicados nos últimos anos, possibilitaram cientificar as análises. Os resultados, de certa forma nos remetem as problematizações de Mortatti (2013) ao questionar qual o conceito de “qualidade da educação e da alfabetização” estabelecido nestas políticas públicas educacionais, que adotam metas, quase sempre definidas por organismos internacionais. “Qualidade para quem? Em relação a que finalidade? A serviço de que ou de quem?” (p. 24). Neste sentido, as análises voltaram-se aos limites das avaliações externas, destacados por inúmeros pesquisadores de políticas públicas educacionais. Dentre os limites, estão os treinos intensos e as exaustivas repetições didáticas, que tendem em impedir intervenções abarcantes voltadas para a apropriação de conceitos que se articulam às áreas do conhecimento e suas respectivas dimensões científicas e tecnológicas.

Ainda em relação às restrições das avaliações externas, Mortatti (2013) afirma que estas geralmente são alinhadas “aos princípios políticos subjacentes às metas estabelecidas por organismos multilaterais” (p. 22/23). Esta condição tende em provocar no interior das escolas públicas, intervenções docentes repetitivas e limitadas aos modelos disponibilizados por esta política, em atenção aos indicadores estabelecidos e aos prazos definidos. Com isso, poderá comprometer a autonomia interventiva do professor.

SIMEC/SisPacto e INEP/ANA no contexto de Mato Grosso

A primeira edição da ANA realizada em 2013 teve uma organização diferente da segunda edição realizada em 2014.

Como em 2014 novos itens foram aplicados, algumas informações foram agregadas à interpretação pedagógica das escalas, por isso as descrições de 2014 são diferentes das de 2013. Apesar de elas serem diferentes, os desempenhos são comparáveis ao longo dos anos, pois os novos itens foram inseridos na mesma escala e contribuíram para o enriquecimento de sua interpretação pedagógica. Mais do que isso, pode-se dizer que é possível interpretar o resultado de 2013 à luz dos quadros desta seção (BRASIL/INEP/ANA, 2015, p. 41).

Além disso, os estudantes participantes da edição de 2014 responderam aos testes de Língua Portuguesa e Matemática e estas foram realizadas em dois dias, diferente de 2013 em que 50% dos estudantes responderam a avaliação de Língua Portuguesa e 50% responderam a de Matemática, ambas realizadas em um único dia.

Todavia, em relação ao nível de escrita de 2013 e de 2014 destacou-se a impossibilidade de qualquer análise comparativa entre os dois anos. Isso porque este nível de aprendizagem foi reorganizado em 2014, conforme explicação que segue: “Há, no entanto, uma exceção: devido a modificações na metodologia de correção dos itens de Escrita, sua escala foi alterada. Por isso, os resultados dos dois anos não são comparáveis” (BRASIL/INEP/ANA, 2015, p. 41). Já os níveis das escalas foram progressivos, “isto é, partem de conhecimentos e habilidades menos complexos para mais complexos, com uma organização da menor para a maior proficiência” (*Idem*, p. 41).

O SIMEC/SisPacto agrupou os direitos de aprendizagem, alocados como “agrupadores” em atenção a uma apropriação progressiva, de forma que os direitos de aprendizagem agrupados em Língua Portuguesa e em Matemática obedecem a uma sequência de introdução, aprofundamento e consolidação, sendo que a consolidação dos direitos anteriormente estabelecidos é condição para que o próximo seja introduzido, aprofundado e consolidado. Contudo, vale ressaltar que o PNAIC defende que há direitos que são trabalhados concomitantemente, de forma integrada, contextualizada e articulada as demais áreas do conhecimento.

Nesta perspectiva, o processo de apropriação do SEA e do SND é dialético e não linear. A orientação é que tanto as intervenções pedagógicas como as avaliações, sejam realizadas em atenção a este movimento. Assim, ao mesmo tempo em que os professores introduzem alguns direitos, estes também podem estar sendo aprofundados/retomados e ou consolidados. Isso porque em uma sala de aula há alfabetizando em diferentes estágios de aprendizagem. Em face de esta diversidade de estágios de desenvolvimento humano, o movimento dialético traz vida e dinamicidade ao processo de alfabetização.

O material do PNAIC fundamenta a avaliação como uma atividade inerente ao processo pedagógico, orientada pelo Projeto Político Pedagógico da escola. Esta concepção adota a avaliação como uma responsabilidade coletiva e particular que precisa vincular-se aos direitos de aprendizagem dos alfabetizando e à função social da educação. Portanto, ela é inclusiva por excelência e contrária às atitudes sentenciadoras. Assim,

Há a avaliação da aprendizagem dos estudantes, em que o professor tem um protagonismo central, mas há também a necessária avaliação da instituição como um todo, na qual o protagonismo é do coletivo dos profissionais que trabalham e conduzem um processo complexo de formação na escola, guiados por um projeto político-pedagógico coletivo. E, finalmente, há ainda a avaliação do sistema escolar, ou do conjunto das escolas de uma rede escolar, na qual a responsabilidade principal é do poder público. Esses três níveis de avaliação não são isolados e necessitam estar em regime de permanentes trocas, respeitados os protagonistas, de forma que se obtenha legitimidade técnica e política (FERNANDES E FREITAS, 2007, p. 18).

Particularmente, acreditamos na avaliação escolar que possibilita ao educando um processo permanente e evolutivo de aprendizagem, de socialização e de desenvolvimento humano.

As avaliações realizadas no interior das salas de aulas de alfabetização de Mato Grosso pelos professores, e posteriormente inseridos no SIMEC/SISPACTO, de certa forma, condicionaram-se aos direitos/agrupadores de aprendizagem alocados no referido Sistema e destacados no material do PNAIC. Em linhas gerais, os sistemas avaliativos mais abrangentes não abarcam todas as dimensões formativas e de aprendizagem e dificilmente atenderão as particularidades de cada contexto educacional, por isso serão sempre incompletos e limitados.

Também não podemos descartar que “os valores e as lógicas de avaliação reproduzem os valores, lógicas e hierarquias que selecionam e organizam os conhecimentos nos currículos” (BRASIL, 2007, p. 13). Neste sentido, o currículo elaborado para o Ciclo da Alfabetização nas escolas públicas brasileiras, privilegia conhecimentos cobrados nas avaliações escolares (Internas) e nacionais (Externas). Por isso, não podemos desconsiderar toda a carga ideológica e subjetiva deste processo, uma vez que não há neutralidade curricular. Nestes termos, “os conhecimentos escolares tendem a se submeter aos ritmos e às rotinas que permitem sua avaliação. Ou seja, tendem a ensinar conhecimentos que possam ser, de algum modo, avaliados” (MOREIRA e CANDAU, 2007, p. 25).

Entretanto, Fernandes e Freitas (2007) afirmam que a avaliação escolar deveria se traduzir em uma reflexão constante sobre as informações obtidas por meio de atividades avaliadoras, realizadas continuamente no decorrer do processo de construção do conhecimento dos estudantes. Com esta compreensão, tecemos algumas reflexões acerca do resultado das informações/avaliações disponibilizadas no SIMEC/SISPACTO pelos professores do Ciclo da Alfabetização, no início e no final de 2014, bem como sobre os indicadores publicados pelo INEP/ANA/2014.

Considerações

Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar a progressão da apropriação dos direitos de aprendizagem dos estudantes de Mato Grosso matriculados no ciclo da alfabetização, disponibilizados no Sistema Integrado de Monitoramento e Controle (SIMEC)/Sistema de Monitoramento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (SisPacto), correlacionando

por equivalência, apenas a progressão dos estudantes matriculados no 3º ano do ciclo, aos níveis de aprendizagem editados pela Avaliação Nacional da Aprendizagem (ANA).

Em um primeiro momento analisamos se os resultados das avaliações inseridas no SIMEC/SisPacto pelos professores alfabetizadores no início e no final do ano de 2014 denotaram um coerente processo evolutivo dos alfabetizandos em relação aos direitos/agrupadores de aprendizagem, tanto de Língua Portuguesa, como de Matemática, bem como se houve uma correlação neste processo evolutivo entre um e outro direito de aprendizagem. Especificamente, em relação aos resultados inseridos neste Sistema, é possível observar importante evolução. Em boa parte dos direitos de aprendizagem os percentuais analisados no início e no final do ano de 2014 indicam significativos avanços.

Realizada esta primeira etapa da pesquisa, estabelecemos uma análise por equivalências dos possíveis contrapontos entre os resultados das avaliações inseridas no SIMEC/SisPacto pelos professores alfabetizadores no final de 2014 e os indicadores publicados pelo INEP/ANA/2014. Para tanto, articulamos os níveis de aprendizagem definidos pelo INEP/ANA/2014 (BRASIL, 2015), aos direitos de aprendizagem, alocados por agrupadores no SIMEC/SisPacto/2014. Ressaltamos que este exercício demandou esforços teóricos, conceituais, metodológicos, de sistematização e de análise por equivalências.

Como já afirmamos, os resultados das avaliações inseridas no SIMEC/SisPacto indicaram um coerente processo evolutivo dos alfabetizandos em relação aos direitos/agrupadores de aprendizagem, como também uma correlação do processo evolutivo entre um e outro direito de aprendizagem, tanto da alfabetização da Língua, como da Matemática. Entretanto, informam que importante número de crianças matriculadas no Ciclo da Alfabetização concluíram esta fundamental etapa escolar sem a devida apropriação do Sistema de Escrita Alfabético (SEA) e do Sistema de Numeração Decimal (SND). Esta constatação é muito preocupante, pois a não consolidação do SEA e do SND impede as crianças de escrever, produzir textos, ler e interpretar, resolver cálculos e situações problemas proficientemente.

Entretanto, os resultados das avaliações editados pelo INEP/ANA/2014 são ainda mais preocupantes. Em todos os níveis analisados, leitura, escrita e matemática, os indicadores compilados informam que o quantitativo de crianças que concluíram o Ciclo da Alfabetização em 2014, sem se apropriarem do SEA e do SND é bem maior do que o informado pelo SIMEC/SisPacto, conforme quadro síntese que segue:

Quadro 1: Percentual de crianças matriculadas no último ano do ciclo da alfabetização em Mato Grosso e seus respectivos níveis/direitos de aprendizagem: SIMEC/SisPacto/2014/Final e INEP/ANA – 2014

Escolas de Mato Grosso	INEP/ANA/2014 – Níveis de Aprendizagem*					SIMEC/SisPacto/2014 – Direitos de Aprendizagem equivalentes**				
	N01	N02	N03	N04	N05	D	D	D	D	D
Leitura	17,51%	35,80%	35,80%	10,94%	Não há	07	08/09	11	11	Não há
Escrita	7,42%	12,93%	5,34%	59,31%	14,99%	03-04	05	06	10	10
Matemática	20,2%	34,27%	20,70%	25,02%	Não há	01-10-11-13-15-17	03-04-05-06	02-07-08-09	todos	Não há
						78,71%	84,40%	79,56%	84,57%	-

Fonte*: INEP, disponível em: <http://ana.INEP.gov.br/ANA/>, acesso em 21 set. 2015.

Fonte**:SIMEC.gov.MEC.br/sispacto2/sispacto2.php?modulo=relatorio/relatoriospersonalizados&aca, acesso em abril de 2015.

Adaptados pela autora.

Retomamos aqui as questões que problematizaram o desdobramento deste processo investigativo. Intentávamos analisar se os resultados das avaliações das crianças matriculadas no 3º ano do ciclo, inseridas no SIMEC/SisPacto pelos professores alfabetizadores, no início e no

final do ano de 2014, denotaram um coerente processo evolutivo dos alfabetizandos. Também pretendíamos analisar se houve uma correlação neste processo evolutivo entre um e outro direito de aprendizagem. Outra problematização foi se as análises dos resultados dessas avaliações informariam as fragilidades do processo de alfabetização e indicariam quais os ajustes necessários para a sua superação. Portanto, a questão central desta investigação indagou como os indicadores de aprendizagem publicados no SIMEC/SisPacto pelos professores alfabetizadores e os publicados na 2ª edição da ANA, correlacionaram-se ao processo de alfabetização das crianças matriculadas nas escolas públicas de Mato Grosso.

Estas indagações foram parcialmente respondidas com a realização desta pesquisa. As equivalências por nós estabelecidas entre os níveis de proficiências do INEP/ANA/2014 e os direitos de aprendizagem alocados por agrupadores no SIMEC/SisPacto/2014 explicitam informações discrepantes e índices de proficiências e de apropriação dos direitos de aprendizagem preocupantes. Apesar de trabalharmos com dois sistemas avaliativos diferentes, o esforço em tentar dialogar com estes, ao aproximar direitos de aprendizagem a níveis de proficiência foi válido em nossa compreensão. Dentre outras preocupações, o resultado desta pesquisa mostra a recorrência de uma contraposição nestas avaliações, ou seja: o que está muito bom, ou razoavelmente equilibrado para os professores, está péssimo ou ruim para o INEP/ANA.

Apenas os percentuais publicados no nível 04 de proficiência em escrita da ANA se aproximaram dos percentuais dos direitos de aprendizagem dispostos no SIMEC/SisPacto, agrupados por equivalência. Em relação ao nível 5 de escrita, os indicadores publicados pelo INEP/ANA/2014 mostraram Mato Grosso em quarto lugar dentre os estados brasileiros. Estes resultados informaram que 13% das crianças desse estado concluíram o ciclo da alfabetização em 2014 no nível cinco de proficiência. No entanto, em relação à proficiência em leitura o resultado do INEP/ANA/2014 divulgou que apenas 10% dos alfabetizandos concluiu o ciclo da alfabetização no nível 04, considerado o mais elevado. Esta realidade não foi diferente nos demais estados brasileiros. A proficiência no nível mais elevado em leitura (nível 4) foi menor em relação a proficiência no nível mais elevado em escrita (nível 5) em todo o Brasil, de acordo com o resultado do INEP/ANA/2014 (BRASIL, 2015). Estes percentuais, apesar de aquém do que se espera, chamam a atenção porque informam que as crianças estão escrevendo sem saber ler, condição que contrapõe os atuais fundamentos teóricos e conceituais sobre o tema em questão.

Como vemos, o desdobramento desta pesquisa levanta outros questionamentos que demandam outras investigações: Por que, na perspectiva dos professores, os alfabetizandos estão bem melhor que na perspectiva da ANA? Poderão nos questionar se a aproximação por equivalência dos resultados publicizados em dois sistemas diferentes prejudicou a análise dos resultados. Defendemos que não, esses são reais e acreditamos que a sua leitura não permitiria análises diferentes das aqui apresentadas, pelo menos em termos quantitativos.

Outra problematização que julgamos relevante apontar nestas considerações é em relação aos pressupostos ideológicos, culturais, políticos que movem as avaliações internas e externas. Como os professores alfabetizadores compreendem a avaliação escolar? Qual concepção avaliativa sustenta o processo interventivo/avaliativo dos professores? De certa forma, eles têm clareza de que ao publicar o resultado da avaliação das suas turmas divulgarão a qualidade do trabalho por eles realizado. Este seria um dado interessante para ser estudado e analisado. Mesmo ciente de todos os percalços que interferem na aprendizagem dos estudantes, os professores assumem a responsabilidade e temem em publicar a realidade de sua turma. Por isso a discrepância entre as equivalências estabelecidas nos resultados avaliativos publicados nos referidos sistemas aqui analisados?

Diante destas problematizações, apresentamos nossa compreensão sobre o contexto analisado. Ao passo em que defendemos a continuidade da formação ofertada aos professores alfabetizadores, ponderamos que o conhecimento docente é construído gradativamente, por isso é preciso insistir em processos formativos sem esperar transformações imediatistas. Outro aspecto é o acompanhamento, o apoio, o suporte necessário propiciado pelas instâncias formativas. As condições de trabalho, o espaço físico, o suporte material, a remuneração salarial por parte das

secretarias de educação, são aspectos fundamentais que também precisam ser analisados.

Para, além disso, trabalhar nos encontros formativos, fundamentos teóricos, conceituais, metodológicos e práticos que abordem a ideologia neoliberal e os acordos firmados com as instâncias internacionais poderá emergir necessárias problematizações e reflexões que ajudarão os professores alfabetizadores a compreenderem o atual contexto educacional, cerceado por políticas públicas deterministas, imediatistas, que se apresentam como inovadoras e transformadoras, mas que em sua essência se traduzem em adaptabilidade as imposições ideológicas do atual contexto sociopolítico e econômico. Os professores precisam compreender esta conjuntura para então efetivarem proposições interventivas com o desejo de superá-la.

Os resultados das avaliações analisados indicam a urgente necessidade de repensar o trabalho realizado no interior das salas de aulas do ciclo de alfabetização em atenção à superação das fragilidades decorrentes deste processo. Contudo, ao mesmo tempo em que defendemos que todas as crianças têm o direito de se apropriar do SEA e do SND até aos oito anos de idade, pois estas apropriações são condições para a continuidade do processo de aprendizagem, não podemos desconsiderar a heterogeneidade existente no interior das salas de alfabetização.

Todavia, considerar esta diversidade implica compreender que os alfabetizandos estão em diferentes estágios de desenvolvimento, mas não estão impedidos de aprender. Os tempos de aprendizagem não são homogêneos, porém a função social da escola é promover o desenvolvimento cognitivo e o crescimento humano, social, político e cultural de todos. Neste sentido, o PNAIC considera os três primeiros anos do Ensino Fundamental, o Ciclo da Alfabetização. Tempo que julgamos ser suficiente para a consolidação da apropriação do SEA e do SND, apesar de toda a diversidade acolhida pelas escolas públicas brasileiras.

A tarefa é complexa, impõem esforços conjuntos, compromisso e respeito particulares aos seres humanos. O afastamento dos alfabetizandos da apropriação do SEA e do SND os distanciará do acesso aos conhecimentos historicamente e culturalmente construídos. Desse modo, a escola continuará a promover a exclusão de importante demanda educativa. Entretanto, lembramos que:

muito do que o professor consegue ou não em seu local de trabalho depende de fatores que estão presentes no âmbito da escola e do sistema de ensino. Tais fatores ou facilitadores precisam igualmente ser avaliados como parte integrante da explicação das conquistas e fracassos que possam ocorrer no âmbito da sala de aula. Esses outros espaços possuem seus próprios procedimentos de avaliação (FERNANDES e FREITAS, 2007, p. 38).

Portanto, a complexa organização escolar, com seus múltiplos atores e interesses, não podem ignorar os indicadores avaliativos apresentados. A avaliação escolar é uma necessidade, com vistas a promover a inclusão de todos os seres humanos. Os resultados publicizados indicam fragilidades que o coletivo escolar precisa analisar reflexivamente, para posteriores proposições alternativas de superação dos problemas que impedem a alfabetização/aprendizagem dos estudantes. As escolas de Mato Grosso precisam caminhar para a democratização educacional no sentido de superação da dualidade que tendem conservar. Em nossa compreensão, é necessário que os professores aproveitem todas as possibilidades para que as crianças se apropriem do SEA e do SND no Ciclo da Alfabetização.

A partir do momento que a criança tem o domínio sobre a leitura, a interpretação, a produção escrita, a oralidade, ao cálculo e à resolução de situações problemas, as barreiras voltadas à apropriação dos direitos de aprendizagem serão gradativamente vencidas, em todas as áreas do conhecimento. A consolidação do SEA e do SND é condição para que as demais alfabetizações aconteçam: estatísticas, geográficas, cartográficas, históricas, tecnológicas, dentre outras, necessárias ao pleno exercício da cidadania.

Como afirmamos, estas avaliações são realizadas com a finalidade de produzir indicadores que contribuam com a melhoria da qualidade da alfabetização ofertada nas escolas públicas brasileiras. Os objetivos da ANA resumem-se em "Aferir o nível da compreensão leitora dos educandos ao final do 3º ano do Ensino Fundamental; Produzir Indicadores Contextuais para

melhor compreensão dos resultados; Fornecer informações para subsidiar decisões de políticas públicas educacionais” (BRASIL, 2015, p. 07), com a defesa de assegurar e fazer valer o direito de todas as crianças de aprender a ler, a escrever e a resolver situações problemas proficientemente.

Neste sentido, compreendemos que as avaliações, sejam essas internas ou externas, só terão sentido se estiverem a serviço da melhor aprendizagem. Por outro lado, quando a preocupação for a aprendizagem de todos os estudantes matriculados nas escolas públicas brasileiras, nossas ações voltam-se para o que ensinamos, como ensinamos, como e o que os estudantes aprendem. Como afirma Mortatti (2013), os resultados destas avaliações, ao mesmo tempo em que demonstram importantes avanços, informam “graves problemas que dificultam o alcance das metas estabelecidas para a educação e a alfabetização, [...]” (p. 05).

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio a Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: Formação do professor alfabetizador. Caderno de apresentação. Brasília: 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio a Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Avaliação no Ciclo da Alfabetização: reflexões e sugestões. Brasília: 2012a.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)**: documento básico. Brasília: 2013.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)**: Edição 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação Nacional da Alfabetização**: relatório 2013-2014: volume 2: análise dos resultados. Brasília, DF: INEP, 2015.

FERNANDES, Claudia de Oliveira e FREITAS, Luiz Carlos de. Currículo e Avaliação. In.: BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Indagações sobre currículo**: currículo e avaliação. (Orgs.) BEAUCHAMP, Janete *et al.* Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.MEC.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso em março de 2016.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Um balanço crítico da “década da alfabetização” no Brasil. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 33, n. 89, p. 15-34, jan.-abr. 2013. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em março de 2016.

Recebido em 10 de janeiro de 2018.

Aceito em 15 de fevereiro de 2018.